

LITERATURA SURDA E A QUESTÃO DO ESSENCIALISMO: O NASCIMENTO DE UMA TRADIÇÃO

DEAF LITERATURE AND THE QUESTION OF ESSENTIALISM: THE BIRTH OF A TRADITION

Luiz Claudio da Costa Carvalho¹

*¹ Instituto Nacional de Educação de Surdos/Departamento de Ensino Superior (INES/DESU), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
claudiocarvalho60@gmail.com*

Recebido em 17 set. 2018

Aceito em 7 dez. 2018

Resumo: O artigo apresenta reflexões suscitadas pela pesquisa de pós-doutorado realizada no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2014/2015. Discute o conceito de “Literatura Surda” e sobre seus usos pedagógicos/identitários, tratando do delicado problema da redução do fenômeno literário a seus aspectos utilitários: pedagógicos ou ideológicos. Aborda a questão do nascimento da tradição de debates em torno da Literatura Surda, objetivando vislumbrar uma tradição em seu nascedouro. O termo “Literatura Surda” é visto como um aspecto da chamada “Cultura Surda”, que é alvo de problematização. A abordagem de temas como “cultura surda”, “arte surda” e “literatura surda” serve de eixo para destacar problemas atinentes não só ao tema da identidade surda, mas relativos aos movimentos sociais das minorias em geral, como o essencialismo e o binarismo. Busca estabelecer conexões entre o discurso multiculturalista, dos movimentos sociais das minorias e do associativismo civil da sociedade contemporânea globalizada e o problema da “identidade surda”. Ressalta a contribuição de Karnopp nos debates sobre a produção de discursos conotativos em Libras ou sobre a surdez. O presente artigo não se limita a ser uma reflexão circunscrita à área da surdez. Buscamos o diálogo transdisciplinar com variados campos de reflexão das chamadas “humanidades”.

Palavras-chave: Literatura. Estudos Culturais. Educação de Surdos.

Abstract: The article presents reflections raised by the postdoctoral research carried out in the Advanced Program of Contemporary Culture of the Federal University of Rio de Janeiro, in 2014/2015. It discusses the concept of "Deaf Literature" and its pedagogical/identity uses, dealing with the delicate problem of reducing the literary phenomenon to its utilitarian aspects: pedagogical or ideological. It addresses the issue of the birth of the tradition in debating around the Deaf Literature, aiming to identify a tradition in its birth. The term "Deaf Literature" is seen as an aspect of the "Deaf Culture". The approach to themes such as "deaf culture", "deaf art" and "deaf literature" serves as an axis to highlight problems related not only to deaf identity, but also to social movements of minorities in general, such as the binarism and the essentialism. It seeks to establish connections between the multiculturalist discourse, the social movements of minorities and the civil associativism of contemporary globalized society and the problem of "deaf identity". It highlights Karnopp's contribution in the debates on the production of connotative speeches in Libras or about deafness. The present article is not limited to a reflection around the area of deafness. We seek the transdisciplinary dialogue with various fields of reflection of the humanities.

Keywords: Literature. Cultural Studies. Deaf Education.

As tradições foram, um dia, inventadas. Desde a ênfase colocada pelo marxismo, derivada das reflexões em torno do conceito de ideologia, passando pelas reflexões “arqueológicas” do pós-estruturalismo, especialmente, é claro, de

Foucault, adquirimos o acadêmico hábito de reservar um certo distanciamento crítico diante da perenidade e da essencialidade das tradições.

O que raramente temos oportunidade de vislumbrar é uma tradição em seu nascedouro. Entretanto, é justamente esta a oportunidade que se descortina diante de nossos olhos quando nos debruçamos sobre o campo dos Estudos da Surdez. Parêntese: ao escrever “estudos da surdez”, evitamos propositalmente fazer uso do controverso termo “Estudos Surdos”, uma espécie de ramificação ou adaptação do termo “Estudos Culturais” aplicada ao sujeito surdo. Apenas a prudência nos indica tal escolha, não qualquer tipo de rejeição.

O presente artigo objetiva precisamente tecer considerações sobre alguns aspectos do debate em torno do tema da Literatura Surda. Trata-se do nascimento de uma tradição de debates, em termos históricos, muitíssimo recente. O período de proliferação de produções literárias ou, se quisermos, paraliterárias, denominadas como Literatura Surda, bem como das discussões teóricas do tema, é a década final do século passado. Entretanto, tal fenômeno, a Literatura Surda, é apresentado, por concepções teóricas hegemônicas no campo, como se tivesse existido desde sempre.

Entre aqueles estudiosos e militantes que definem o sujeito surdo exclusivamente como integrante de uma minoria linguística, semelhante a grupos indígenas ou populações de fronteira, há um interessantíssimo amálgama entre conceitos científicos operacionais de vasto campo das Ciências Humanas e certo heroísmo mítico em torno dos temas da identidade e da cultura. Tais heroísmo e mitos são típicos do nacionalismo romântico, de suas releituras nacionalistas de direita ou nacionais-populares de esquerda. Mas, aparecem diante de nós atualizados pelos chamados movimentos sociais das minorias.

Esta curiosa articulação entre conceitos técnicos rigorosos e mitos de origem que narram e costuram como um fio invisível as alianças de um povo, no caso presente, o povo surdo, permite ao investigador curioso um olhar privilegiado sobre o nascimento de certos conceitos-chave que fundam e alimentam tradições. No meio dos Estudos da Surdez, poderíamos destacar: “língua natural”, “cultura surda”, “arte surda”, “comunidade surda”, “povo surdo”, dentre outros.

Cada um deles daria, sem dúvida, um artigo. Ou melhor, muitos anos de estudo. Temos nos debruçado, devido à prática docente, incluindo sua dimensão investigativa, sobre tais temas. Julgamos que o presente artigo não se limita a ser uma reflexão circunscrita à área da surdez. Buscamos o diálogo transdisciplinar com variados campos de reflexão das chamadas “humanidades”. Uma indagação que deve subjazer à leitura do presente texto é: haverá uma certa performance mítica de termos colhidos no campo das Ciências Humanas quando aplicados a contextos de militância identitária? Da crítica que todos fazíamos à neutralidade positivista não teremos derivado para outro tipo de normatividade igualmente parcial? Fiquemos a refletir sobre belo conceito de “lugar de fala” e sobre a ditadura essencialista que também se tem produzido a partir dele.

Porém, conforme afirmamos, as indagações acima devem subjazer. Indicamos o pequeno e oportuno artigo de Heath (2018) para quem desejar refletir um pouco mais diretamente sobre o assunto.

Escolhemos o conceito-chave “Literatura Surda” para desenvolvermos meditações sobre o desdobrar de uma ideia que engendra e alimenta uma tradição. O termo não foi escolhido aleatoriamente. Trata-se de uma escolha oriunda de uma pesquisa para elaboração de um projeto de pós-doutoramento, que acabou resultando na publicação de um livro (CARVALHO, 2017).

Em meio à “Comunidade Surda” que se narra como uma minoria linguística, muitos termos áridos do discurso acadêmico das Ciências Humanas e do campo dos estudos de Letras são discutidos de forma intensa e engajada. O conceito de “língua natural”, por exemplo, é tomado como um dogma irrefutável. Será declarado um inimigo do Povo Surdo aquele que questione a “naturalização” retórica/científica de um acontecimento tão fundamentalmente cultural como a língua. O interessante é constatar tratar-se da apreensão de certo jargão científico usado para embasar um mito gregário acalentado. Diga-se de uma vez, o termo “mito” é aqui utilizado com o máximo respeito. Acreditamos, como Pessoa, que o “*mito é o nada que é tudo*”.

O fato é que há expressões intocáveis, como totens e tabus. E que militância e reflexão acadêmica são territórios tidos como inseparáveis. Uma dessas expressões é “Literatura Surda”. E o estado da discussão é sempre pautado por parâmetros relativos à fé e à aceitação. Ao estudioso que revela sua intenção de estudar

expressões de textos conotativos produzidos em Libras ou sobre o tema da surdez sempre se impõe a pergunta, especialmente se o seu “lugar de fala” é o de ouvinte: você acredita ou não na existência da “Literatura Surda”? Não tratamos aqui de explicitar uma opinião, mas, sim, de narrar um acontecimento vivido e revivido em toda uma já longa trajetória de experiência docente. Se responder “sim”, será um dos nossos. Caso responda “não”, será um “ouvintista”. Nossa resposta é, evidentemente, “sim”. Seja lá o que for, é óbvio que existe Literatura Surda e que ela ocupa um lugar importante no universo simbólico dos sujeitos surdos que se narram como exclusivamente integrantes de uma minoria linguística.

Não trataremos, no presente artigo, de produções especificamente literárias (seja prosa, poema, textos para crianças) em Libras (a Língua Brasileira de Sinais) ou em português, relacionadas com temas referentes à cultura ou identidade surdas. Nosso foco será sobre uns poucos, mas, fundamentais, textos teóricos sobre o tema.

Escolhemos destacar uma autora que é, inegavelmente, o centro do cânone nas discussões teóricas sobre a “Literatura Surda”: Lodenir Becker Karnopp. Outras fontes serão mencionadas e citadas na bibliografia, mas, consideramos que as reflexões da autora destacada servem de exemplo das ideias-força fundamentais em torno da tradição recentemente criada e alimentada. Além de expor, pretendemos refletir sobre elas. Alguma lacuna haverá, tanto na exposição quanto nas reflexões. Esperamos, ao menos, despertar o interesse pelo tema. Em Carvalho (2017), o assunto está desenvolvido mais longamente.

Embora tenha rapidamente se tornado entre as minorias de poder surdas uma verdade ancestral e insofismável, o termo “Literatura Surda” é relativamente recente no Brasil. Os debates, publicações e primeiras discussões do tema tornaram-se presentes no Brasil nos Anos 90 do século passado. Trata-se, portanto, em uma perspectiva histórica, de uma novíssima tradição.

Entre as iniciativas culturais que contribuíram na formação da tradição, a contação de histórias dos Assistentes Educacionais em Libras, na Biblioteca Infantil do INES, inaugurada em 1996, no século passado, colaborou e muito para a difusão das versões em Libras de clássicos da literatura universal dedicada às crianças (RODRIGUES, 2012). Outra ação pioneira relevante foram as publicações, pela

Editora Arara Azul, sob o comando da Prof.^a. Dra. Clélia Ramos, de “livros” bilíngues (Português escrito e Libras). A Editora Arara Azul foi fundada, em 1993, com o nome de Babel Editora e publicou, naquele ano, o livro *Integração Social & Educação de Surdos*, de autoria da professora Lucinda Ferreira Brito. Por fim, devemos mencionar ainda as produções da LSB Vídeo, liderada pelo ator e professor Surdo Nelson Pimenta e pelo professor Luiz Carlos Freitas. Nelson Pimenta, antes mesmo da criação da produtora, foi o primeiro ator surdo profissional no Brasil. Estudou no NTD (National Theatre of the Deaf), de Nova Iorque. É, sem sombra de dúvida, um dos principais difusores da produção discursiva artística em Língua de Sinais. Foi, ainda, um dos primeiros entre os brasileiros a “importar” o termo *Deaf Literature*, produto cultural dos países de tradição anglófila, traduzida aqui para “Literatura Surda”.

Karnopp, porém, é a voz teórica mais significativa. Além de buscar conferir um caráter acadêmico ao conceito, Karnopp também produziu, em parcerias com outros autores, literatura identitária Surda, escrita em Português, com trechos escritos em *Sign Writing*.¹

Os textos pioneiros da lavra da autora (um deles em associação com Carolina Hessel), aqui abordados, não são *stricto sensu* artigos de reflexão teórica, mas duas apostilas destinadas aos alunos do curso de Letras/Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina, criado em 2006: *Literatura Surda* (KARNOPP, 2008) e *Metodologia da Literatura Surda* (KARNOPP e HESSEL, 2009). São aqui destacados porque, sem dúvida, são a base de reflexão fundamental sobre o tema. Muitos dos outros autores que refletem sobre a Literatura Surda o fazem seguindo paradigmas oriundos das reflexões e recortes de Karnopp.

É necessário, entretanto, ressaltar que as apostilas em questão serão desenvolvidas de maneira mais propriamente acadêmica em outro texto da autora, *Produções culturais de surdos: análise da literatura surda* (KARNOPP, 2010).

A apresentação de *Literatura Surda* começa retomando os conhecimentos obtidos pelos alunos na disciplina “*Introdução aos Estudos Literários*”, dedicada aos estudos de Literatura Brasileira. O viés escolhido é o de traçar paralelos entre a

¹ Sistema de notações das línguas de Sinais, criado pela bailarina Valerie Sutton, em 1974, sob os auspícios da Universidade de Copenhagen. Sutton havia criado um sistema de escrita coreográfica que interessou aos estudiosos dinamarqueses que tinham a intenção de desenvolver formas de escrita para as línguas de Sinais.

Literatura Brasileira (e seus “estilos de época”) e a Literatura Surda. É feita, entretanto, uma significativa ressalva:

Na presente disciplina, Literatura Surda, seguiremos uma proposta semelhante no que se refere à identificação de obras e autores. Obviamente que nesta disciplina não é possível percorrer séculos, localizar e apresentar textos escritos ou vídeos produzidos por surdos de 1500 ou de séculos passados, pois não temos documentação e vídeos são uma invenção recente, de apenas algumas décadas. A literatura surda tem uma tradição diferente, próxima a culturas que transmitem suas histórias oral e presencialmente. Ela se manifesta nas histórias contadas em Sinais, mas o registro de histórias contadas no passado permanece na memória de algumas pessoas ou foram esquecidas. (KARNOPP, 2010, p. 2)

Note-se que não há referência à *Deaf Literature* e à tradição anglófila. Tampouco, ao menos na primeira apresentação, maior importância é dada às primeiras iniciativas de expressão literária sinalizadas no Brasil, como, por exemplo, as iniciativas da Biblioteca Infantil do INES.

A estratégia é a de “naturalizar” e “essencializar” a “Literatura Surda”, assim como se acontece entre os defensores da compreensão binária de Cultura Surda, com as línguas de sinais, o surdo e o povo surdo. Tudo, então, ainda que exposto em uma apostila de um curso de Ensino Superior, se remete a uma ancestralidade mítica surda vinda de tempos imemoriais inalcançáveis.

O retorno ao passado de pureza étnica é obtido através do exercício intelectual de comparar o sujeito surdo e seu povo com as sociedades ágrafas de um mítico passado primitivo. Dentro deste viés, naturalista e romântico, a Literatura Surda “sempre existiu” entre a comunidade surda originária, mas, só pode ser estudada nos dias de hoje. Aos não iniciados no discurso hegemônico entre os surdos e seus intelectuais que se narram como exclusivamente uma minoria linguística pode soar estranho, mas, os surdos são descritos em termos semelhantes aos povos em situação de ocupação colonial, como os povos indígenas, ou em situação de diáspora, como os afrodescendentes. Em oposição à visão clínica da surdez, a comunidade surda narra a si própria como uma etnia.

É preciso que a Literatura Surda “sempre tenha existido” para que possa ter o mesmo valor da hegemônica Literatura Brasileira, segundo a ótica do espelhamento binário emancipacionista que se reflete no fantasma do povo opressor. Mas, cabe

perguntar, o oposto binário ideal para a narrativa-mestra aqui presente não seria uma suposta Literatura Ouvinte, em geral, e não a Literatura Brasileira?

Em que categoria estaria, por exemplo, a produção literária das lendas dos povos aborígenes ouvintes da Oceania? Seriam tais produções tão Literatura Ouvinte quanto as produções canônicas ocidentais? Quais os matizes e fronteiras, entre universos espacialmente e historicamente tão distantes, quando agrupados na taxonomia binária única de “Literatura Ouvinte”? Algum povo ou grupo social se autodeclara ligado à tradição da Literatura Ouvinte? Supor uma Literatura Surda universal, de um povo surdo universal, impõe também supor uma Literatura Ouvinte universal, tão a-histórica e desterritorializada quando seu suposto oposto complementar?

Boa parte dos surdos usuários de Libras veem nascer seus laços de solidariedade nos bancos das instituições educacionais dedicadas a eles. Inicialmente, talvez, tenham sido reunidos em instituições religiosas. Mas, nos dias de hoje, são reunidos em instituições educacionais. Baseiam seus discursos identitários em conceitos científicos derivados da linguística, da pedagogia, das ciências sociais, da psicologia (especialmente do cognitivismo materialista de Vygostky, embora estranhamente mesclado com o objetivismo abstrato de Saussure e com as buscas de compreensão abstrata do processamento mental das palavras de Chomsky).

Talvez, onde intelectuais da surdez identitária enxergam um povo primitivo derivado de uma diáspora, exista, de fato, um novo grupo de *corpos dóceis* institucionalizados, sob o controle de uma burocracia científica, seja ela oriunda das ciências médicas ou das ciências humanas.

É fato que KARNOPP reconhece, na apostila Literatura Surda, a importância das novas tecnologias na eclosão de narrativas ficcionais e poéticas em Libras:

Assim, estamos privilegiando a literatura surda contemporânea, após o surgimento da tecnologia, da gravação de histórias através de fitas VHS, CD, DVD ou textos impressos que apresentam imagens, fotos e/ou traduções para o Português. O registro da literatura surda começou a ser possível principalmente a partir do reconhecimento da Libras e do desenvolvimento tecnológico que possibilitaram formas visuais de registros de Sinais. (KARNOPP, 2010, p. 2)

Reconhece que há algo novo, mas, preserva o passado mítico comum

universal do povo surdo e suas efemérides, como o “reconhecimento” da Libras como língua pelo Estado Brasileiro (Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002) e seus desdobramentos (Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005).

Ora, deixando um pouco de lado o evidente avanço prático, no sentido de ampliação de direitos civis diante do Estado, que outro povo autônomo teria como uma de suas efemérides fundamentais o reconhecimento de sua língua, não por ele próprio, por sua própria soberania, mas, sim, por um outro povo hegemônico, opressor e rival?

Ao retomar a questão da “Literatura Surda”, a partir do velho paradigma dos estudos literários marcados pelas “etapas” da história da literatura, chamadas de “estilos de época”, ainda que possam ser alegadas razões heurísticas, afinal é o texto de uma apostila, o resultado obtido é uma espécie de apropriação mimética, pelo intelectual do povo surdo, dos parâmetros de evolução literária espelhado do/no modelo ouvinte. Por isso, é preciso recorrer à comparação com os povos ágrafos primitivos. O desejo de se construir um passado comum unificador faz com que se confunda o fato de haver cidadãos surdos não alfabetizados com a existência de um povo surdo ágrafo.

Em primeiro lugar, haveria problemas para encontrar uma possível unidade universal entre pessoas e grupos sociais surdos de todo o planeta. Em segundo lugar, admitindo, como nunca deixamos de fazer, que a surdez tem facetas e implicações culturais relevantes (o que criticamos é a visão de um fenômeno complexo como necessidades especiais funcionais relacionadas com a audição tratadas como exclusivamente “culturais”), a situação cultural de sujeitos e grupos sociais surdos é uma situação de fronteira, caracterizada segundo (BHABHA,1998) pela hifenização.

Sujeitos culturalmente hifenizados que são, estão em permanente contato, maior ou menor, com as formas de escrita das formações culturais nacionais (e mesmo globais) em que estão inseridos. Ou seja, não há dicotomia binária alguma que exclua inteiramente sujeitos e grupos sociais surdos das formas de escrita que têm ao seu redor. Não podem ser, portanto, puros e ágrafos, se são vivos que pertencem a sociedades com escrita.

Estamos todos submetidos à escrita, sejamos alfabetizados ou não. Da mesma forma, podemos não nos confessarmos cristãos; mas, temos que reconhecer mais ou menos os dogmas e a retórica da cristandade, e, queiramos ou não, estamos expostos inercialmente ao cristianismo, que marca indelevelmente a sociedade em que habitamos. Pertencemos, portanto, à cristandade, ainda que não sejamos necessariamente fiéis ao cristianismo. Podemos até ser “analfabetos” em cristandade, mas, não pertencemos a um universo cultural que esteja alheio ao cristianismo e a seus efeitos.

A busca do mito de pureza étnica dos surdos está fortemente presente quando se narra o povo surdo como alguma sociedade unitária e ágrafa: *bons selvagens* dispersos pela diáspora liderada pelos ouvintes.

A Libras é uma linda língua e plena de possibilidades expressivas. Criada pelo engenho e arte dos surdos brasileiros, precisa ter devidamente ressaltados e estimulados seus usos expressivos plenos. E isto se fará buscando-se mais do que seus usos meramente utilitários: pedagógicos, identitários, cognitivos (em sentido restrito). E não há qualquer espécie de exclusão dicotômica entre o aprendizado de uma Língua de Sinais (e de sua escrita fílmica) e o aprendizado, o melhor possível, da modalidade escrita de línguas alfabéticas.

Recentemente, estivemos diante de um texto cujo título indagava: *Para que serve a Literatura Surda?* (HEINZELMANN, 2015). As respostas são todas utilitárias e identitárias. E retomam argumentações de Karnopp. Mas, o que chama atenção é a explícita indagação utilitária. Literatura e artes em geral deveriam servir para não servirem a utilitarismo algum. Deveriam ser, dentre outras coisas, um momento de descanso e revolta contra as pesadas exigências da realidade e do princípio de realidade. Literatura serve para ser irreduzivelmente literatura.

E se não tem essa inútil utilidade, não é literatura e está a serviço dos agenciamentos de poder que querem se servir dela. São as burocracias que precisam carregar nas costas cadáveres de seguidores (NIETZSCHE, 1989). São as burocracias, enfim, em sua eterna luta pela hegemonia no espaço acadêmico, que precisam recorrer a passados místicos e a emancipações escatológicas.

Somente o olhar excessivamente normativo buscaria encontrar na tradição oral dos povos ágrafos algo que está acontecendo, agora, bem diante de nossos olhos etnocêntricos, na proliferação de manifestações de subjetividades em Libras.

Somente a avidez do comando explica a pretensão universalista que remete para o futuro a produção cultural de um universal, abstrato e desterritorializado povo surdo e não enxerga às produções simbólicas atuais não normatizadas de surdos brasileiros em Libras (e mesmo em Português).

A ânsia universalista identitária abstrata é tanta, que nem se percebe a impropriedade lógica que se comete, quando se argumenta que o registro de algo internacionalizado como a “Literatura Surda”, *“começou a ser possível principalmente a partir do reconhecimento da Libras”*, efeméride surda tipicamente brasileira, ligada à “Lei de Libras”, de 2002 e a seus desdobramentos. Ou se supõe que o Brasil é o centro irradiador mundial da universal “Literatura Surda” ou o “engano” presente na frase é a fala eloquente da tensão existente entre as pretensões universalistas embutidas no discurso lendário da cultura surda e seus desdobramentos artísticos e literários e a questão de fundo: a eclosão entre nós brasileiros, há cerca de uns trinta anos, de produção literária recente (em Português, mas, especialmente, em Libras) de textos conotativos e artísticos de alguma forma ligados ao fenômeno complexo da surdez.

Curiosamente, tais afirmações iluministas aparecem junto a arcabouços teóricos de autores pós-estruturalistas, como Foucault, retomado por Skliar (1998), e com pretensões de uma abordagem próxima aos Estudos Culturais. Será preciso colocar as tais filiações teóricas em perspectiva, pois, o pós-estruturalismo e a desconstrução têm justamente o papel de lançar um novo olhar sobre as pretensões universalistas das macronarrativas iluministas. E os Estudos Culturais, de um Said (1990), de Spivak (1999), de Bhabha (1998), de Hall (1998), justamente se engajam em desconstruir universalismos referentes às heroicas construções discursivas universalistas referentes à povos, raças, etnias...

O lugar de enunciação ocupado pelo movimento social das minorias é exatamente aquele que se coloca à margem dos discursos românticos iluministas. Não se tratam de estratégias nacionalistas, de opor um povo a um outro, mas, sim, de apontar como o conceito de povo, por exemplo, omite, apaga, destrói, inviabiliza,

uma série de diferenças, desejos, possibilidades de ser, individualmente e coletivamente.

Reificar a Literatura Surda e fazer dela um marco nacionalista de conquistas de um povo surdo é agir de modo binário, exatamente de forma contrária aos movimentos sociais das minorias, ao pós-estruturalismo, à desconstrução e boa parte dos Estudos Culturais.

O recorte escolhido por Karnopp (2010) em sua clássica apostila, *Literatura Surda*, é privilegiar o que chama de “literatura surda contemporânea”, surgida após o desenvolvimento das tecnologias de filmagem e difusão de imagens e da eclosão de textos impressos com fotos e/ou traduções em Português. A estratégia de espelhamento mimético da “cultura ouvinte hegemônica” faz com que se obscureça a espetacular irrupção do novo que é a possibilidade de “escrita” em Libras (e outras línguas de Sinais) em suportes fílmicos.

Não se quer pensar que esse novo não seja tão novo assim, se considerado em uma escala que vá além daquilo que o evolucionismo iluminista chama arrogantemente de “História”. Considerados os anos dos hominídeos – e mesmo a de existência do Homo Sapiens – neste planeta, a “escrita” e a “filmagem” são tecnologias igualmente muitíssimo recentes.

Na terceira página da apostila, Karnopp (2010) indaga “por que Literatura Surda?” E a lógica do espelhamento mimético torna-se mais evidente. O texto busca encontrar na história literária dos ouvintes um momento que possa ser comparado ao “atual” momento do Povo Surdo e de sua produção literária: evidentemente que o momento encontrado é o Romantismo. Mais uma vez, pode-se argumentar que se trata de um recurso comparativo meramente didático, usado em uma apostila. Mas é eloquente demais a comparação buscada. Sem se dar conta da estranha centralidade e universalidade dada aos surdos brasileiros (uma vez que o termo “literatura surda”, por definição, parece ultrapassar às fronteiras nacionais), a autora argumenta:

[...] enquanto a Libras não era reconhecida ou enquanto era proibida de ser usada nas escolas, também não existiam publicações ou o reconhecimento de uma cultura surda ou de uma literatura surda. O ensino priorizava o aprendizado da fala e da língua portuguesa. Nas escolas, não havia espaço nem aceitação para as produções literárias em Sinais. No entanto, acreditamos que entre os surdos circulavam histórias sinalizadas, piadas, poemas, histórias de vida, mas em espaços que ficavam longe do controle daqueles que desprestigiavam a língua de Sinais. Especificamente no

panorama brasileiro, é possível constatar ainda que para muitas pessoas torna-se irrelevante e, para outras, decisivamente incômoda, a referência a uma cultura surda. (KARNOPP, 2010, p.3)

Recorre-se, portanto, à crença romântica em uma ancestralidade comum e atribui-se ao povo opressor as responsabilidades pelo apagamento da “cultura” e da “literatura” surdas. O internacionalismo surdo, subjacentes nas expressões, são provisoriamente ignorados. O surdo deve identificar-se com as conquistas nacionais dos cidadãos sinalizantes brasileiros, ainda que seja membro de uma comunidade supranacional em permanente diáspora linguística.

Tanto Karnopp quanto Skliar, que é citado na mencionada apostila, parecem não perceber que acabam criando, por espelhamento, uma outra “cultura surda universal monolítica” para se opor a uma suposta cultura universal monolítica ouvinte.

O que se questiona é justamente essa abstrata e universal “cultura surda” e não o fato de os grupos sociais surdos constituírem culturas. O problema é que Skliar e Karnopp combatem um universalismo abstratizante com outro. Um essencialismo com outro. Há, evidentemente, denegações urdidas em vários textos:

“Talvez seja fácil definir e localizar, no tempo e no espaço, um grupo de pessoas; mas quando se trata de refletir sobre o fato de que nessa comunidade surgem – ou podem surgir – processos culturais específicos, é comum a rejeição à idéia da “cultura surda”, trazendo como argumento a concepção da cultura universal, a cultura monolítica. Não me parece possível compreender ou aceitar o conceito de cultura surda senão através de uma leitura multicultural, ou seja, a partir de um olhar de cada cultura em sua própria lógica, em sua própria historicidade, em seus próprios processos e produções. Nesse contexto, a cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é seu revés. Não é uma cultura patológica.” (SKLIAR, 1998, p. 28)

Mas, no fim, o termo “cultura surda”, no singular, funciona como um universalismo monolítico e binário, exatamente como o outro que diz combater.

Em lugar de escolherem afirmações substantivas das diferenças, percebendo, por exemplo, que a surdez é um fenômeno complexo e, portanto, com múltiplas implicações, procuram negar a chamada “medicalização” da surdez binariamente. Ou seja, afirmando que os Surdos são exclusivamente integrantes de uma minoria linguística.

O que parece não ter sido percebido, ainda, é que a questão de fundo é a existência de uma luta entre duas burocracias institucionais, ambas querendo o controle das narrativas hegemônicas em torno do sujeito surdo institucionalizado: uma burocracia medicalizante e uma outra burocracia linguística/pedagógica.

Karnopp (2009, p. 4) argumenta, é bem verdade, que não encara a cultura surda como algo “localizado, fechado, demarcado” Mas a nós não soa convincente, pois, antes de tal denegação, cita Wilcox e Wilcox (2005, p. 78), afirmando, no entanto, que há alguns valores e experiências que os surdos, independentemente do local onde vivem compartilham, ou seja, conforme a frase de Wilcox e Wilcox, citada por Karnopp, tal como aqui está: “*todos são pessoas surdas vivendo em uma sociedade dominada pelos ouvintes*”. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que tal argumentação demarca, localiza e fecha não só a suposta “cultura surda”, assim como, também, seu suposto oposto binário “a cultura ouvinte”. E escamoteia a disputa entre a burocracia linguística e pedagógica e a burocracia medicalizante pelo surdo como ser institucionalizado.

César Augusto de Silva (2012), na obra “*Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*” chama a atenção para o fato de a história da surdez ser frequentemente confundida com a história da educação de surdos. De fato, uma pesquisa ainda por se fazer talvez aponte para o fato de que a questão da surdez só se coloca como destaque a partir do momento em que há a incorporação social irrestrita ao mercado capitalista e a ideia iluminista de educação universal extensiva a todos passa a vigorar.

Ou seja, o sujeito surdo emerge como problema quando são desfeitos, no Ocidente, os laços comunitários feudais e quando “o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte”. (FOUCAULT, 1990, p. 145-174).

As pessoas surdas vivem em uma sociedade dominada não por um grupo generalizado de “ouvintes”, mas, sim, por um grupo específico de ouvintes que dominam o saber científico: médico, mas, também, linguístico, pedagógico, sociológico... Poder esse que é também baseado em saberes que são exercidos sobre “ouvintes”. E este poder quer permanecer invisível.

E mais: talvez, consigamos pensar que tais saberes são produzidos a partir de centros econômicos que se tornam centros de produção de saberes e subjetividades.

Será, talvez, fácil compreender que o centro hegemônico produtor dos discursos fale universalmente em *Deaf Literature*. É mesmo de se esperar que o centro pense em si próprio como o mundo inteiro. O que se deve questionar é se a periferia deve “importar” acriticamente universalismos que talvez possam obscurecer diferenças profundas.

Longe estamos de defender nacionalismos e xenofobias. Admitimos que a luta dos surdos sinalizantes para se expressarem em línguas de sinais produziu muitas vitórias políticas para pessoas surdas do mundo inteiro e que, em muitas medidas, há questões culturais e políticas que são, em variados aspectos, atinentes às pessoas surdas do mundo inteiro.

Cremos, porém, na negatividade crítica não essencialista dos discursos dos movimentos sociais das minorias e que, justamente, esta negatividade poderá proporcionar maior eficácia e positividade política. Em outras palavras, os surdos brasileiros precisam ter flexibilidade política suficiente para serem “internacionais” quando isto for eficaz e para serem nacionais quando isto for eficiente.

A contraposição essencialista de uma abstrata “cultura surda” a uma oposição binária denominada “cultura ouvinte”, em lugar de dar voz e vez ao “subalterno” – retomo aqui o termo de Spivak (2010), em **Pode o Subalterno Falar?** –, coloca no poder uma determinada burocracia paroquial acadêmica que se torna invisível ao “naturalizar” a surdez e impor uma única descrição (a dela) para um fenômeno tão complexo.

Ninguém nega o quanto a descrição cultural da surdez e a conseqüente valorização das Línguas de Sinais produziu conquistas sociais. Muito menos se nega que a surdez tenha implicações culturais. Mas é preciso encarar com o devido cuidado a importação acrítica de valores do multiculturalismo norte-americano.

A despeito das muitas conquistas democráticas que os estadunidenses legaram à humanidade e das seduções que temos diante do espelho do próspero (e de sua concreta prosperidade econômica, capaz de financiar pesquisas segundo

perspectivas que são hegemônicas em seu contexto cultural), não podemos ver apenas inferioridades em nosso barroco modo latino e relativista de encarar à realidade.

Talvez, devamos recorrer às matrizes de nossas ancestrais tendências culturais para refletirmos o quanto os nossos vizinhos prósperos, de herança cultural puritana, podem ser fundamentalistas, escatológicos messiânicos e binários.

Em sua apostila e em outras obras, Karnopp (2010) destaca o caráter complexo e hifenizado (BHABHA, 1998) da cultura e dos sujeitos surdos. Então, por que postular a existência de uma literatura surda universal, independente da língua e de situações regionais? Por que insistir em opor um suposto universalismo a-histórico ouvinte a um universalismo a-histórico Surdo espelhado?

A questão do território é um tema muito delicado para que se encontre um espaço de ancoragem para universais como “cultura surda” e “literatura surda”. Considere-se as seguintes afirmações abaixo:

Para Kyle & Allsop (1982) a comunidade surda é diferente de outras comunidades lingüísticas em muitos aspectos, já que eles não estão geograficamente em uma mesma localidade, mas estão espalhados em várias partes do mundo. Pessoas surdas não trabalham em um mesmo local. Em alguns centros urbanos, eles encontram seus pares surdos somente duas ou três vezes por semana e passam a maior parte de seu tempo em um mundo ouvinte. Esse fato produz um padrão de comunidade em que o tempo que os surdos permanecem juntos é fragmentado; por outro lado, são extremamente próximos uns dos outros. Essa característica social faz com que pessoas surdas mantenham suas vidas na comunidade surda, participando da associação de surdos, realizando atividades conjuntas, estudando em uma mesma escola, empreendendo lutas e reivindicações conjuntas.” (KARNOPP, 2010, p. 7)

Omite-se, aqui, a meu ver, a constatação de que a referida comunidade surda sinalizante, que postula para si o estatuto de ser definida como exclusivamente uma minoria lingüística, agrupou-se historicamente em torno de espaços educacionais institucionalizados. Ainda que, no passado, as instituições religiosas tenham um sido um fator decisivo de agrupamento e, hoje, tenhamos ciência de outras instâncias culturais e religiosas em que se reúnem surdos sinalizantes, defendemos a premissa segundo a qual a definição da surdez como um fenômeno exclusivamente cultural e a perspectiva segundo a qual o fator identitário definitivo é a Língua de Sinais são produtos da institucionalização escolar do sujeito surdo.

Do mesmo modo, hoje, nossas crianças ouvintes e surdas se encontram clivadas por idades em clubes, igrejas, peças de teatro, sessões de cinema etc., mas o corte fundamental é a faixa etária e a adequação definida pela escola.

O sujeito surdo, esteja reunido onde estiver, encontra-se aglutinado segundo critérios que remontam ao espaço educacional: partem dele e a ele retornam. De fato, as disputas entre medicalização e linguistização (CARVALHO e MORAIS JR, 2014) da surdez são tensões entre saberes socialmente autorizados: eles combatem para obter maior capital cultural no campo da surdez.

Talvez, a história da surdez tenha sido exatamente o oposto de uma intervenção provocadora de uma diáspora. A intervenção “ouvinte” foi exatamente a de reunir e institucionalizar, em cadeias educativas e produtivas, um disperso contingente de sujeitos que apenas anatomicamente não ouviam e/ou não falavam. Então, estes se tornaram deficientes auditivos ou, simplesmente “surdos” e, mais tarde, conforme o mito de origem, o povo surdo.

Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (2009, p. 8), visando destacar que ser mulher é mais uma construção social do que algo determinado por meros atributos anatômicos, urdiu a célebre frase: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Deixando de lado o possível determinismo sociológico presente na frase, ela serve bem para refletirmos.

Quem sabe, para que tenhamos certeza de que somos ouvintes, médicos, pedagogos, linguistas, normais, enfim, tenhamos tornado surdos alguns seres que têm aspectos sensoriais diferentes dos que consideramos plenamente funcionais?

Mas, na perspectiva do discurso hegemônico que opõe um “oralismo” a um “surdismo”, este povo surdo é dotado de uma mítica ancestralidade comum, tem como “território” o uso de uma língua de sinais e a assunção heroica de uma “atitude surda”.

Uma das passagens mais eloquentes do texto aqui abordado, reveladora da busca desse passado mítico comum que expressa o desejo de espelhamento do discurso dos movimentos sociais das minorias dos “ouvintes” é a referência feita a uma passagem do texto *Comunidade*, de Bauman:

O entendimento ao estilo comunitário, casual [...] não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já “está lá” completo e pronto para ser usado – de tal modo que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar com apreensão, “o que você quer dizer?” O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” – “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam. (BAUMAN, 2003, p. 15-16)

Uma leitura atenta do texto de Bauman revelará que ele trata aqui do tema da emergência das modernas “identidades” e da própria questão da “identidade” como consequência da desterritorialização sofrida devido à eclosão da sociedade industrial e do caldo de cultura dela derivado, que irá resultar na “modernidade líquida”. Este entendimento que “já está lá”, portanto, em uma base territorial concreta. E se refere, não a um misticismo identitário e comunitário, mas, pelo contrário, a um determinado momento histórico anterior em que as identidades sequer eram uma questão, porque existia um vínculo territorial que mantinham as pessoas unidas.

O “*está lá*” de Bauman (2003) se assenta no território e na história. O “*está lá*” de Karnopp (2010) se assenta no desejo de uma ancestralidade mítica. A referida autora cita Bauman, mas inverte completamente o sentido de sua argumentação. Porém, não destacamos tal inversão para, de maneira professoral, ressaltar o “erro” de interpretação. De fato, trata-se de um “erro” eloquente. Ele revela o desejo romântico de ancestralidade que reside em conceitos heroicos como Literatura Surda e povo surdo.

Ainda em *Literatura Surda* (2009) e na outra apostila, escrita em associação com Hessel, *Metodologia da Literatura Surda*, Karnopp (KARNOPP, L.; HESSEL, C. 2010) destaca o papel que tem a literatura surda: resistência diante de ações intolerantes e proibitivas (suponho que dos ouvintes, em geral) e difusão da cultura surda, dando visibilidade às expressões linguísticas e artísticas advindas da experiência visual. E esboça uma possível definição, centrada mais na defesa da identidade do que no uso de uma língua de sinais: “Neste sentido, utilizamos a expressão “literatura surda” para as produções literárias que têm a língua de Sinais, a questão da identidade e da cultura surda presentes nos textos e/ou nas imagens.” (KARNOPP, L.; HESSEL, C., 2009, p. 15)

E seguida, faz-se a abordagem de material literário ativo, o que nos permite entrar no tema referente ao *corpus* que se pretende abarcar quando se alude ao tema “Literatura Surda”. De um modo geral, podemos dizer que Karnopp deu origem a uma divisão segundo a qual nem todo texto ou obra sinalizada literários produzidos sobre surdez são necessariamente “Literatura Surda”. Tais obras precisam ser urdidas por “surdos culturalmente surdos” (HEINZELMANN, 2015), ou seja, identificados com a definição da surdez como um fenômeno exclusivamente cultural e linguístico.

Em *Metodologia da Literatura Surda* (KARNOPP, L.; HESSEL, C., 2009) chama imediatamente a atenção o título. Não se diz “metodologia do ensino de literatura surda” ou “metodologia da produção de literatura surda” (o que já seria curioso pelo acoplamento da terminologia científica à terminologia artística). O tema, entretanto, da apostila é um estudo sobre sete obras de literatura infantil produzidas sobre a surdez. Os livros são descritos como “escritos por ouvintes” sob o prisma “de seus filtros sociais”. Karnopp e Hessel dedicam-se à análise de produções sinalizadas ou escritas em Português, entre 2000 e 2005, focalizando os sentidos produzidos sobre identidades e diferenças.

São destacadas as produções sinalizadas (INES, LSB e Arara Azul) e também produções textuais em Português.

Sempre recorrendo a uma ancestralidade, mas, destacando a atual possibilidade de registro filmado, Karnopp e Hessel (KARNOPP, L.; HESSEL, C. 2009) estabelecem a classificação que se tornou clássica no campo da “Literatura Surda”: independentemente se em Português ou em Libras, as produções literárias são apresentadas segundo a seguinte divisão: traduções (destaques para a Editora Arara Azul, INES e LSB); adaptações (destaque para as obras identitárias escritas em Português, algumas da lavra de Karnopp e associados) e criações (vasto panorama que vai desde toda a produção poética em Libras, de Nelson Pimenta, por exemplo, até textos em Português sobre a surdez, em um viés identitário).

As chamadas “traduções” ocupam um lugar de quase um “purgatório” da “literatura surda”. São úteis para a difusão da língua de sinais e para permitir o acesso dos surdos aos bens culturais monopolizados pelos ouvintes, mas, vacilantes quanto aos seus aspectos identitários.

A afirmação da “Literatura Surda” é um desdobramento “natural” da afirmação da ancestralidade mítica das Línguas de Sinais. Com relação ao Português, não podemos afirmar que ele sempre existiu. Nem mesmo podemos dizer que línguas orais auditivas sempre existiram. Qualquer reflexão superficial é capaz de imaginar que as línguas todas, bem como seus respectivos desdobramentos literários, foram sendo gestadas ao longo de um milenaríssimo e complexo processo de desenvolvimento.

Mas, com relação às Línguas de Sinais e a Literatura Surda, Karnopp, dentre outros, é capaz de se referir a um “sempre”. “Sempre” é, por definição, o tempo do mito. O distanciamento causado pela reflexão em torno de determinados temas deve motivar no leitor atento um saudável estranhamento. Muitas vezes, tratamos certas perspectivas teóricas hegemônicas em nossos campos de estudo como se fossem verdades inquestionáveis, mesmo que provisórias. Criticamos com tamanha facilidade o senso comum e não percebemos que há, cada vez mais, “senso comuns” produzidos por discursos com aparência acadêmica. Se o presente artigo logrou chamar a atenção para um discurso que se tornou hegemônico recentemente, em termos históricos, mas, que se remete a um “sempre” e a uma universalidade, dando fundamento a uma espécie de mito de origem através do uso de argumentos científicos, se o texto logrou atingir tal objetivo, não terá tomado o seu tempo em vão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade** – a busca por segurança no mundo atual. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Identidade**. Tradução: Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**. Vol. 2. Tradução: Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2005]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

CARVALHO, C.; MORAIS JR., L. C. **Outras palavras**: minorias sociais e narrativas sobre a diferença essencializada. 1. ed. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 2014.

CARVALHO, C. **Lendas da identidade**: o conceito de Literatura Surda em perspectiva. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017.

EDITORA ARARA AZUL. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

HEATH, J. O problema dos estudos “críticos”. **Revista Crítica**. 1 fev. 2008. Disponível em: <https://criticanarede.com/estudoscriticos.html>. Acesso em: 14 mar. 2018.

HEINZELMANN, R. Para que serve a Literatura Surda? In: GOMES, A. P. G.; HEINZELMANN, R. (org.) **Cadernos Conecta Libras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2015.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KARNOPP, L. **Literatura Surda**. Florianópolis: CCE/UFSC, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/literaturaVisua/assets/369/Literatura_Surda_Texto-Base.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 155-174, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1605/1488>. Acesso em: 15 mar. 2018.

KARNOPP, L.; HESSEL, C. **Metodologia da Literatura Surda**. Florianópolis: CCE/UFSC, 2009. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/299633/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

RODRIGUES, L. E. **Contador de histórias surdo**: dinamizando leituras na Biblioteca Infantil do INES. 2012. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Curso Bilíngue de Pedagogia, Departamento de Ensino Superior, Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, 2012.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SKLIAR, C. (org.) **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOVIK, L. (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

SPIVAK, C. G. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. Quem reivindica a alteridade? In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). **Tendência e impasses** – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **A Critique of Postcolonial Reason**. Towards a History of the Vanishing Present. Harvard University Press: Cambridge, 1999.

WILCOX, S.; WILCOX, P. **Aprender a ver**. Tradução: Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

Sobre o autor

Luiz Claudio da Costa Carvalho (Claudio Carvalho)

Professor Associado, 40 h/D.E., do Instituto Nacional de Educação de Surdos/Departamento de Ensino Superior (INES/DESU). Está no INES desde 2007. Bacharel e Licenciado em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), Mestre e Doutor em Letras Vernáculas pela Faculdade de Letras (UFRJ). Pós-Doutor em Estudos Culturais (2015), no Programa Avançado de Cultura Contemporânea, também na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PACC-UFRJ). Sobre o tema da identidade surda, publicou o livro *Outras Palavras: minorias sociais e narrativas sobre a diferença essencializada* (Litteris, 2014), com bolsa da FAPERJ. O livro *Lendas da Identidade: o conceito de Literatura Surda em perspectiva*, Appris Editora, que aborda o tema diretamente abordado no presente artigo, poderá ser adquirido pelo público interessado em 2019. Claudio Carvalho também é autor de textos literários, tendo publicado livros de poemas, contos, romances e literatura para crianças.